

Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo¹

Décio Azevedo Marques de Saes

✉ mdsaes@uol.com.br

Resumo

O propósito deste artigo é analisar, em linhas gerais, a dimensão política do processo de constituição do capitalismo no Brasil. A tese central aqui defendida é a de que, na transição de uma formação social escravista moderna para uma formação social capitalista, não se forma no Brasil uma burguesia nacional, capaz de dirigir o processo de industrialização e de propor à nação um projeto de desenvolvimento capitalista independente, após a fase histórica que se abre com a Revolução política burguesa (1888–1891). Já a burguesia interna se constituirá sob o domínio do grande capital comercial e, em seguida, da burocracia estatal. A configuração do bloco das classes dominantes é um elemento essencial para a explicação das limitações apresentadas pelos diversos regimes democráticos, aqui implantados no período republicano.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: revolução burguesa, burguesia interna, populismo, democracia.

1 Os editores observam que os comentários de conjuntura talvez possam ser considerados datados, pois inseridos na Era Lula (o texto, a despeito de ser inédito, foi redigido em 2009). No entanto, tais comentários ocupam um espaço restrito no texto.

Este texto é dedicado à análise política da via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo, o que implica o exame das características políticas essenciais: a) do processo de transição para o capitalismo no Brasil; b) do processo de desenvolvimento capitalista subsequente. A ideia diretriz de nossa análise é a de que os traços políticos, próprios a certo padrão de transição para o capitalismo, repercutem decisivamente no processo subsequente de desenvolvimento capitalista. A análise política do presente exige, portanto, a volta ao passado e o reencontro com a nossa condição pregressa: uma sociedade colonial, dependente e atrasada. E mais especificamente: a análise do curso do desenvolvimento capitalista no Brasil tem de começar pela reconstituição da particularidade do processo brasileiro de Revolução política burguesa.

O padrão do processo de transição para o capitalismo no Brasil

A transição para o capitalismo no Brasil se inicia com dois processos políticos particulares, que, de modo combinado, compõem a nossa Revolução política burguesa: a Abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889)². O ponto final da transição pode ser localizado no momento histórico (fins da década de 1950) em que a atividade industrial suplanta a agricultura; superação essa convencionalmente aferida segundo o critério da participação relativa dos dois setores no PIB. Como, na maior parte dos países do Primeiro Mundo, a transição para o capitalismo já se completou em fins do século XIX ou inícios do século XX³, muitos economistas e historiadores brasileiros concluem, corretamente, que o capitalismo brasileiro deve ser qualificado como um capitalismo tardio ou retardatário⁴. De fato: do ponto de vista cronológico, esse atraso é inegável, e influenciará o curso do desenvolvimento do capitalismo no país.

Do ponto de vista sociológico, porém, talvez não seja essa a característica mais importante do processo de transição para o capitalismo no Brasil; e sim, o fato de que o Brasil não transita, a partir da década de 1890, de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista, como os países europeus ou o Japão; e sim, de uma sociedade escravista para uma sociedade capitalista. Essa diferença não é meramente formal. A economia escravista é estagnacionista e predatória, em razão

2 A caracterização da Abolição da Escravidão e da Proclamação da República como os momentos fundamentais da Revolução política burguesa no Brasil foi por nós empreendida em *A formação do Estado burguês no Brasil (1888 – 1891)*.

3 Ao afirmar que a transição para o capitalismo já se completou no Primeiro Mundo, queremos apenas dizer que, em tais países, o modo de produção capitalista já se tornou dominante, o que não significa dizer: “exclusivo”.

4 Veja-se, por exemplo, MELLO, J.M.C. de *O capitalismo tardio*.

da relativa incompatibilidade entre inovação técnica e trabalho forçado. Por isso, o sistema de produção escravista só pode proporcionar uma base limitada, do ponto de vista material, técnico e humano, ao capitalismo em gestação. A transição para o capitalismo, quando se concretiza sem a intermediação de uma longa etapa feudal, faz-se num quadro econômico marcado pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, o que terá repercussão no curso do desenvolvimento capitalista subsequente. Já a economia feudal pode ser considerada desenvolvimentista, quando comparada à economia escravista; no feudalismo, o produtor rural (camponês dependente) detém a posse da terra e a iniciativa na organização da produção, o que faz com que ele tenha interesse e motivação para introduzir inovações técnicas e aumentar a produtividade da economia agrária. A economia feudal, no seu desenvolvimento, chega a uma agricultura camponesa que comporta aperfeiçoamentos técnicos; bem como a um artesanato rural que se constituirá na base técnica para a proliferação, em pleno período medieval, de manufaturas, do tipo rural ou urbano. Essa compatibilidade do feudalismo com o desenvolvimento da técnica e das habilidades vai permitir que as sociedades feudais proporcionem uma base material, técnica e humana sólida às sociedades capitalistas, que as substituí.

Voltemos ao Brasil. Quando comparada com o padrão típico do Primeiro Mundo, a transição para o capitalismo no Brasil se mostra, desde o seu início, marcada por uma enorme limitação. A economia escravista brasileira é uma economia com baixo nível de desenvolvimento técnico (o progresso técnico, em geral, só se registra na esfera do beneficiamento dos produtos tropicais de exportação). Os produtores diretos, por prestarem trabalho forçado, não têm como desenvolver habilidades na esfera da produção destinada ao grande proprietário rural. Também não se desenvolve o artesanato rural ou urbano, o que impede a criação de uma base material mínima para o desenvolvimento manufatureiro. E o caráter predatório do sistema de produção escravista faz com que se esgotem rapidamente os recursos naturais utilizados, e se organize rapidamente a exploração de novos recursos naturais, que por sua vez serão rapidamente inutilizados.

Caracterizamos acima as limitações técnicas e econômicas que o caráter escravista da economia brasileira impõe ao processo de transição para o capitalismo no Brasil. Temos agora de mencionar as limitações sociais e políticas que o modo de produção predominante na formação social brasileira (escravismo) impõe a tal processo. O caráter predominantemente escravista da economia rural inviabiliza a eclosão, durante a Revolução política burguesa de 1888 – 1891, de um processo social capaz de criar bases materiais mais amplas e profundas para a

formação do capitalismo no país: a reforma agrária. A historiografia marxista sempre relembra que a Revolução Burguesa no Brasil foi incapaz de executar duas tarefas democráticas essenciais: a) a repartição da grande propriedade fundiária; b) a criação de um mercado interno de massas para o setor industrial.

A ausência de um movimento popular pela reforma agrária, no processo de desagregação do escravismo, não é casual. O movimento revolucionário dos escravos de plantação, seja na Antiguidade (Império Romano), seja na Época contemporânea (Brasil), é predominantemente um movimento pela cessação imediata do trabalho forçado; e recorre, em função desse objetivo, à tática das fugas de massa. Essa tática, na medida em que implica o abandono do local de produção, não tem como priorizar a palavra de ordem da repartição das terras do latifúndio escravista. No Império Romano em crise, o movimento de fuga dos escravos de plantação se orientava pelo objetivo da migração para as comunidades germânicas, onde vigorava uma estrutura socioeconômica igualitária, ou para os seus países de origem. No fim do período imperial brasileiro, o movimento de fuga dos escravos de plantação visava a formação de quilombos (isto é, comunidades autônomas), à margem da sociedade imperial.

A luta pela repartição da grande propriedade fundiária sempre foi pouco viável na economia escravista, na medida em que esse sistema de produção colocava as condições de vida e de trabalho de toda a massa de escravos num patamar muito baixo. Inexistia, portanto, na economia escravista, um segmento camponês vivendo numa situação intermediária entre a do grande proprietário e a do trabalhador escravo de plantação. Só um segmento camponês intermediário, que já tivesse superado a questão elementar do provimento da subsistência, seria capaz de se envolver numa dinâmica reivindicatória que abrisse caminho para a luta pelo acesso à propriedade da terra.

Era pouco viável, assim, a deflagração, na economia escravista imperial brasileira, daquela *dialética do movimento camponês* que operou eficazmente no curso da Revolução Francesa. Numa primeira fase, um segmento do campesinato dependente francês (o campesinato médio) passou a comercializar a sua produção pessoal; e iniciou um movimento reivindicatório visando a revogação dos direitos senhoriais e o perdão das dívidas. Esse movimento ideológico e político abriu espaço para que, numa segunda fase, o campesinato pobre atuasse de modo mais radical, passando a exigir o acesso à propriedade da terra e a repartição da grande propriedade fundiária. A reivindicação de extinção da servidão, que equivalia ao programa máximo do campesinato médio, foi aquela que produziu mais impacto no processo político, durante os anos 1791-1792. A partir de 1793, uma vez extintos os direitos senhoriais, a palavra de ordem da reforma agrária, própria ao

campesinato pobre, passou a repercutir na ação da agora corrente política predominante no aparelho de Estado: os jacobinos. A distribuição das terras dos aristocratas imigrados aos camponeses pobres (medida decretada pela Junta de Salvação Pública em 1793, e juridicamente confirmada por Napoleão Bonaparte dez anos mais tarde) foi um ato político decisivo para a constituição progressiva de um mercado interno de massas, que será a base para o desenvolvimento da manufatura (primeira fase) e da grande indústria (segunda fase), na França do século XIX.

No Brasil, inversamente, a Revolução política burguesa não se fez acompanhar de uma reforma agrária, justamente em razão da impossibilidade de operação daquela, já mencionada, dialética do movimento camponês no quadro de uma economia escravista em crise. Essa dialética também não logrou operar em momentos posteriores, já que a agricultura pós-escravista, fundada na grande propriedade e na dependência pessoal do camponês, sempre apresentou baixo desenvolvimento técnico, o que impediu o avanço da diferenciação entre campesinato médio e campesinato pobre. Por falta dessa dinâmica social no campo, a transição para o capitalismo no Brasil não pôde contar com uma reforma agrária redistributiva, voltada para a destruição do latifúndio. A consequência histórica desse déficit foi a indisponibilidade, para a burguesia industrial nascente, de um mercado interno de massas e de um contingente de força de trabalho previamente treinado no artesanato rural.

Desde a Primeira República, a indústria nacional se voltou para mercados urbanos de caráter restrito e para a prática da substituição de importações (ou seja: a produção interna de manufaturados encarecidos pela escassez de divisas). Essa ligação da burguesia industrial brasileira com um mercado interno restrito explica, pelo menos parcialmente, a fraqueza não só econômica como também política dessa classe social, ao longo da transição para o capitalismo como também no curso do desenvolvimento capitalista subsequente. Nas últimas décadas, graças ao MST e outras organizações populares, a luta das massas pela reforma agrária finalmente se intensificou, mas num contexto histórico que é bastante diferente da fase inicial do capitalismo brasileiro. No atual contexto, o acesso das massas à propriedade privada da terra e a difusão da pequena agricultura familiar não podem mais desempenhar um papel relevante na definição dos rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil. E isso porque foi iniciada, há algumas décadas, a transformação capitalista da agricultura brasileira, o que implicou: a) a mecanização e o aumento da produtividade da economia rural; b) o recurso à química e à biologia para aperfeiçoar as culturas; c) a consequente liberação de mão de obra agrícola e urbanização das populações rurais.

Talvez a relativa condescendência de certos segmentos burocráticos e das classes dominantes para com o MST, na fase atual, deva-se ao caráter capitalista defasado de sua principal palavra de ordem econômica (repartição da grande propriedade rural), embora essa bandeira de luta seja perfeitamente compreensível do ponto de vista social e político (acesso das massas rurais à propriedade da terra: construção, com grande atraso histórico, de uma economia camponesa independente). A ação econômica e política do MST se reveste de grande valor social e histórico; mas se mostra impotente para colocar em xeque o modelo global de desenvolvimento capitalista vigente no Brasil. Hoje, apenas uma parte das antigas massas rurais aspira voltar ao campo na condição de pequenos proprietários, para praticarem uma agricultura de subsistência, com reduzidos ganhos monetários. Quanto à política de assentamentos: ela dificilmente levará à formação de um mercado rural de massas, similar àquele criado na Coreia do Sul pela reforma agrária que o exército norte-americano de ocupação executou a partir de 1954. A reduzida relevância de um amplo processo de redistribuição de terras (improdutivas ou devolutas) para o modelo de desenvolvimento capitalista em curso não significa, obviamente, o desaparecimento da palavra de ordem da reforma agrária. Mas, na fase atual, essa mobilização adquire um novo significado: a reforma agrária, agora, deixa de ser vista como um instrumento camponês de transformação radical da estrutura agrária, e passa a ser encarada como um instrumento proletário de conquista de condições de vida e de trabalho mais seguras e menos precárias dentro do modelo capitalista vigente.

A industrialização retardatária e o caráter acelerado da transição para o capitalismo no Brasil

Faz parte da análise do curso do desenvolvimento capitalista no Brasil o exame das características econômicas e políticas da burguesia industrial brasileira. Esse exame implica lembrar os traços gerais do processo de industrialização no Brasil. Já indicamos que a industrialização brasileira foi cronologicamente retardatária com relação aos processos de industrialização ocorridos no Primeiro Mundo. Esse processo teve, além disso, uma extensão limitada, em razão da estreiteza do mercado interno que foi se constituindo a partir da desagregação do escravismo. Agora, temos de mudar o foco da análise, passando da observação do processo de industrialização (que é um processo social mais restrito) para a observação do processo global de transição para o capitalismo. Este é um processo social mais amplo, abrangendo a Revolução política burguesa — isto é, a formação do Estado burguês — e a acumulação de capital comercial anteriormente à industrialização.

Se compararmos os ritmos da transição para o capitalismo no Brasil e noutros países, constataremos que o Brasil figura no bloco dos países que passaram por um processo de transição mais rápido. Na verdade, os primeiros países a deflagrarem o processo de transição realizaram a passagem para o capitalismo num ritmo mais lento. A Inglaterra realiza a sua Revolução política burguesa, que liberta o trabalho, a propriedade privada e a riqueza, entre 1640 (Revolução puritana) e 1689 (Revolução gloriosa); mas a predominância da grande indústria moderna sobre a manufatura só se estabelece, na Inglaterra, na década de 1840 (ou seja, duzentos anos após a Revolução puritana). A França realiza a sua Revolução política burguesa entre 1789 e 1794; mas a predominância da grande indústria moderna só se estabelece, nesse país, na década de 1880 (ou seja: quase cem anos após o início da Revolução política burguesa)⁵. Já a transição para o capitalismo é muito mais acelerada nos países retardatários. Os Estados alemães realizam a sua Revolução política burguesa em 1848 (extinção da servidão e do monopólio legal da aristocracia sobre os cargos do Estado); mas a grande indústria moderna já estará predominando, na Alemanha unificada, a partir da década de 1880 (isto é, pouco mais de trinta anos depois). O Japão realiza a sua Revolução política burguesa (A Revolução *Meiji*) na década de 1860; algumas décadas mais tarde, a sociedade japonesa já se converteu numa grande potência industrial e militar (na década de 1900, o Japão, recém-saído do feudalismo, derrota militarmente a Rússia czarista).

No bloco dos países retardatários, figura o Brasil. A formação social brasileira passa por um processo de transição não tão rápido quanto a Alemanha e o Japão, porém mais rápido que o dos países pioneiros (Inglaterra e França). A Revolução política burguesa transcorre, aqui, entre 1888 e 1891, concretizando-se através de episódios que, no seu conjunto, determinam a substituição, no plano nacional, do Estado escravista pelo Estado burguês: a Abolição da Escravidão a Proclamação da República e a Assembleia Constituinte. No entanto, as atividades industriais passam a predominar sobre as atividades agrícolas, em termos de participação percentual no PIB, somente no fim da década de 1950.

Analisando a transição no bloco dos países retardatários, o pesquisador de história social se vê obrigado a levantar a seguinte questão: por que o processo de transição para o capitalismo tende a ser mais rápido nos países retardatários? A resposta, em sua primeira formulação, pode ser dada de modo simples: é justamente pelo fato de certos países serem retardatários que eles transitam mais rapidamente para o capitalismo. Ou seja: os países que iniciam mais tarde a transição para o capitalismo se envolvem inevitavelmente em relações econômicas,

5 Dados relevantes sobre a passagem da manufatura à grande indústria, em países como a Inglaterra e a França, podem ser encontrados em Hobsbawm (1977), *A era do capital*.

comerciais e financeiras com os países pioneiros; e tendem por isso a incorporar a tecnologia industrial desses países a seu aparelho de produção. A adoção, pela via da importação, de maquinaria industrial permite aos países retardatários: a) encurtar a fase manufatureira; b) acelerar a implantação da grande indústria moderna.

Uma vez esboçado brevemente o padrão assumido pela transição para o capitalismo no Brasil, podemos indicar os traços centrais da burguesia industrial brasileira no seu período de formação. Essa classe social se forma rapidamente, graças à possibilidade objetiva de grupos comerciais passarem às atividades industriais por intermédio da importação de maquinaria produzida por países como a Inglaterra e a Alemanha. (No caso brasileiro, os fundadores de grandes indústrias não foram predominantemente, no momento anterior, donos de manufaturas; eles podem ter sido comerciantes ou banqueiros). O preço a pagar pela formação rápida da classe capitalista é a fragilidade orgânica da burguesia industrial emergente no Brasil: ela não cria sua própria tecnologia, e depende sempre do exterior para se expandir. Essa dependência vai jogar a burguesia industrial contra o próprio projeto de industrialização; isto é, vai indispor-la com a produção interna de máquinas e insumos industriais. O avanço nesse terreno será encarado pelos industriais brasileiros como um fator de elevação dos seus custos de produção, dada a estreiteza do mercado interno disponível para tais bens.

A condição retardatária da burguesia industrial brasileira explica, portanto, que, em momentos decisivos do processo histórico, o próprio empresariado industrial nacional tenha tomado partido, de modo mais ou menos ostensivo, contra o projeto de industrialização. Na Revolução de 1930, a burguesia industrial paulista se alia ao PRP, que representa politicamente os interesses da burguesia exportadora de café (comissários, empresas de exportação, bancos, etc.); e se volta contra as forças progressistas e industrializantes, integradas à frente revolucionária. Durante o Estado Novo, na Conferência Nacional das Classes Produtoras (1942), o empresariado industrial se opõe ao projeto estatal de implantação da indústria siderúrgica de Volta Redonda, sob a alegação de que o aço importado sempre seria mais barato e, portanto, mais vantajoso para a indústria nacional. No pós-guerra, é visível sua reticência diante da Campanha Nacional do Petróleo, cujo resultado final seria a criação da PETROBRÁS em 1954.

O lugar da estrutura jurídico-política na transição para o capitalismo no Brasil

A caracterização histórica da burguesia industrial brasileira como um grupo socioeconômico dependente tecnologicamente do exterior, e tendencialmente

contrário a avanços industrializantes, suscita imediatamente uma nova questão: que outra classe social terá assumido o papel político em tese cabível à burguesia industrial; qual seja, o papel de força dirigente do processo de industrialização? Para responder a tal pergunta, é preciso levar em conta os efeitos combinados da transformação econômica e da transformação política ocorridas no último quartel do século XIX. De um lado, o mais recente surto de expansão da economia agrícola de exportação levou à implantação de um aparelho de serviços urbanos no Centro-Sul; de outro lado, foi possível iniciar a construção, a partir de 1891, de um aparato burocrático típico do Estado burguês moderno, nas regiões mais desenvolvidas (DF, SP e RGS). O efeito social da combinação desses dois processos foi o surgimento de uma classe média urbana, rapidamente atraída pelo padrão de vida e de consumo gozado pela classe média das sociedades capitalistas ocidentais.

Submetida a um *efeito-demonstração*, a classe média das grandes cidades brasileiras exerceu, desde a década de 1920, uma pressão difusa pelo avanço da industrialização, procurando levar a sociedade brasileira (da qual ela se via intuitivamente como a expressão mais autêntica) a um padrão de vida e de consumo já gozado pela classe média do Primeiro Mundo⁶. A participação ideológica e política da classe média na Revolução de 1930 é intensa, fazendo-se representar pela média oficialidade do Exército (movimento tenentista), por burocratas ideologicamente já desembaraçados das lealdades tradicionais, e por intelectuais progressistas (advogados e juristas hostis à deformação oligárquica da legalidade constitucional, educadores voltados para a emancipação intelectual do povo, engenheiros comprometidos com as metas do progresso industrial e da modernização da infraestrutura). É a ação ideológica e política da classe média urbana (e não, a presença de “dissidências oligárquicas” na frente revolucionária) que leva à instauração, no pós-trinta, de um novo intervencionismo estatal: um intervencionismo industrializante, radicalmente distinto do intervencionismo mercantil que, durante a Primeira República, havia servido aos interesses do segmento da burguesia comercial consagrado à exportação de produtos agrícolas. Entre 1930 e 1964, o Estado brasileiro canaliza as divisas ganhas pelo setor agroexportador para a importação de máquinas e insumos industriais: é a política que se convencionou chamar “confisco cambial”. Por essa via, o aparelho estatal estimula a passagem da manufatura (produção não mecanizada) para a grande indústria (que opera máquinas); realiza investimentos diretos em infraestrutura e em indústria de base; e apoia o capital industrial privado na promoção da

6 A análise da submissão das populações urbanas do Brasil a um *efeito-demonstração*, a partir da década de 1920, foi feita por Luiz Pereira, em *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, especialmente nos capítulos II e III.

“substituição de importações” (exemplo: a implantação da indústria automobilística).

É importante notar que, se a movimentação política da classe média levou à instauração de um intervencionismo estatal industrializante, a implementação desse modelo de política governamental acabou ocorrendo num contexto político globalmente desfavorável. Isto porque, de um lado, a classe dominante agrária se colocava abertamente contra a industrialização do país e contra as políticas estatais destinadas a favorecer esse processo; e, de outro lado, os empresários industriais se mostravam, no mínimo, reticentes com relação ao avanço da industrialização, por suporem que tal avanço implicaria o encarecimento dos seus custos de produção. Para executar a política de industrialização, os governos do pós-trinta terão, portanto, de buscar uma base social de apoio ampla, que compense a oposição da classe dominante agrária e as reticências do empresariado industrial. São as classes trabalhadoras urbanas que integrarão essa base social de apoio. Para obter a sua adesão, os governos terão de recorrer a uma política de antecipação das reivindicações populares. Essa política antecipadora inclui medidas como a criação de uma legislação social e trabalhista (reunida na CLT durante o Estado Novo), a decretação do salário mínimo, a legalização da vida sindical, etc.

Essas medidas, ao se anteciparem à emergência de reivindicações populares com o mesmo conteúdo, acabam frustrando a emergência de partidos trabalhistas de massa, cuja força derivaria justamente do seu papel de vanguarda no movimento reivindicatório. A política governamental antecipadora, decorrente da influência exercida pela classe média dentro do aparelho de Estado pós-trinta, acaba assim colocando as massas nas mãos do governo, o que implica até mesmo o seu enquadramento em partidos trabalhistas oficiais, de origem estatal, como o PTB. Tal política é aquilo que a ciência política convencionou chamar “política populista”; ela será executada regularmente entre 1930 e 1964, como expediente típico de governos instabilizados pela falta de apoio das classes dominantes ao intervencionismo industrializante.

O governo militar de 1964 dará prosseguimento à política de industrialização; mas dispensará a política populista como forma de mobilização de uma base de apoio popular, já que ele governará baseado na força e, inclusive, na intimidação das próprias classes dominantes. Desde o fim do regime militar, os cientistas políticos fazem especulações sobre a seguinte questão: o populismo está definitivamente morto no Brasil? Ou a restauração do regime democrático, em 1988, abriu novas possibilidades e permitiu a visualização de novas funções para a política populista? É um fato que o desenvolvimento da indústria em São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970, implicou também um desenvolvimento e um relativo

amadurecimento político da classe operária fabril, o que tornou mais difícil a renovação de atitudes estritamente governistas nas massas urbanas. Do ponto de vista da evolução do proletariado, um dos resultados mais importantes do desenvolvimento capitalista dos anos 50/60/70 foi o surgimento do primeiro partido trabalhista de massa da história do Brasil: o Partido dos Trabalhadores. Mas essa vitória política pode, por força da própria natureza do jogo institucional, desaguar num processo de involução política. Teoricamente, as etapas desse processo são as que se seguem: a) respaldado pelas massas, o partido trabalhista chega ao governo; b) o governo partidário, seguro de sua força política e eleitoral, começa a se distanciar da organização partidária e das bases partidárias, a fim de governar com maior “independência”; c) encetado esse percurso, o governo tende a se apoiar crescentemente numa liderança pessoal, e a adquirir um caráter crescentemente suprapartidário; d) para manter o apoio de sua base eleitoral e política, o governo recorrerá a ações assistencialistas e desmobilizadoras, destinadas a atrelar as massas ao governo e a cortar os laços entre as massas e o partido.

Uma vez completado esse percurso, estará reatado o circuito da política populista, que agora serve, não genericamente a uma política de industrialização, e sim, à consolidação da hegemonia política de algum segmento economicamente frágil da burguesia.

As relações com o imperialismo e a presença do capital estrangeiro na economia brasileira

Já sugerimos que a transição para o capitalismo no Brasil se concretiza num quadro histórico marcado pela dependência tecnológica da economia brasileira em relação às grandes potências capitalistas. Agora, temos de propor uma nova questão: como essa dependência repercute na estrutura de classes do país, ou, mais especificamente, na configuração do bloco das classes dominantes?

A grande transformação política de 1888 – 1891 (derrubada do Estado escravista e formação, no plano nacional, de um Estado burguês moderno) se fez acompanhar da confirmação e, mesmo, do reforço da relação entre o Brasil e a grande potência imperialista daquele período (a Inglaterra), representada especialmente pelo capital bancário. Mas a reiteração da dependência não resultou numa apropriação do aparelho produtivo nacional pelo capital estrangeiro. Pode-se especular sobre as razões da ausência do capital estrangeiro nesse aparelho, no início da transição para o capitalismo no Brasil. A nosso ver, a razão mais geral e profunda é o fato de que a Revolução política burguesa não se fez acompanhar, no Brasil, de um processo de redistribuição de renda (como ocorreu no caso francês,

através da difusão da pequena propriedade rural); e, conseqüentemente, não contribuiu para a gestação de um mercado interno de massas. A ausência de um mercado desse tipo teria inibido os investimentos estrangeiros na esfera produtiva. O não cumprimento das “tarefas democráticas” na Revolução burguesa brasileira talvez explique que o capital estrangeiro tenha se concentrado em operações puramente financeiras (empréstimos a governos ou aos negócios de exportação) e em investimentos nos serviços públicos (energia elétrica, transporte urbano, ferrovias) ou na exploração de recursos minerais (companhias mineradoras).

Durante algum tempo (isto é, pelo menos até meados da década de 1950), o caráter estreito, em termos relativos e absolutos, do mercado interno de consumo de países como o Brasil fará com que as economias industriais do Primeiro Mundo encarem as economias periféricas como mercado de consumo para os produtos industriais fabricados na Metrópole; e não, como campo para investimentos diretos em indústria. Por isso, a burguesia industrial, que vai surgindo em função desse mercado (limitado, porém real), será uma burguesia nativa, e não, estrangeira.

Esse segmento burguês não constitui propriamente uma burguesia nacional, pois não se coloca à frente do processo de desenvolvimento capitalista do país; mas também não constitui uma burguesia associada, totalmente subordinada aos interesses do capital estrangeiro e defensora de sua penetração no aparelho produtivo nacional. A rigor, a sua atuação econômica e política é típica de uma burguesia interna. Por um lado, não quer ceder todo o espaço econômico do país ao capital estrangeiro; por outro lado, não se dispõe a renunciar à sua dependência tecnológica diante das grandes economias industriais, nem a assumir a vanguarda do processo de industrialização⁷. A configuração do bloco das classes dominantes no Brasil só irá mudar na segunda metade da década de 1950, quando o capital estrangeiro passa a considerar que o mercado interno de consumo, a despeito de ser inexpressivo em termos relativos, já é suficiente, em termos absolutos, para

7 Os diversos mecanismos de fracionamento da classe capitalista são tratados em várias obras de Nicos Poulantzas, como *Pouvoir politique et classes sociales*, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* e *Fascisme et dictature*. Neste texto, adotamos a terminologia poulantziana para designar as frações burguesas, com uma exceção: deixamos de lado a expressão “burguesia compradora”, que Poulantzas extraiu dos textos produzidos pelo marxismo revolucionário chinês. Embora a expressão “compradora” (utilizada na língua portuguesa pelos marxistas chineses) tenha claramente uma conotação mercantil, Poulantzas preferiu utilizá-la de modo amplo, para designar qualquer posição burguesa de submissão aos interesses do capital estrangeiro. Aqui, optamos por utilizar a expressão “burguesia associada”, de uso corrente nas análises sociológicas da América Latina, para designar toda burguesia (comercial, industrial ou bancária) que se pautar por uma submissão estrita aos interesses do capital estrangeiro.

justificar investimentos diretos na área industrial. Emerge, assim, uma burguesia industrial associada, no setor automobilístico e dos insumos industriais.

Tal burguesia, a despeito de estar implantada no país, é uma burguesia colonialista, pois se pauta invariavelmente pelos interesses da matriz, aceitando quase incondicionalmente a tecnologia vinda da metrópole e dando prioridade aos objetivos da remessa de lucros e do pagamento de patentes. Em termos políticos, a influência da burguesia associada delineou uma curva ascendente no período 1956 – 2002, que abrange a fase final do período populista, a integralidade do regime militar e o primeiro decênio da Nova República. Essa influência se manifestou regularmente através da obtenção de vantagens fiscais e creditícias para os investimentos estrangeiros, bem como de uma legislação favorável à remessa de lucros e ao pagamento de patentes.

No período da Nova República, essa influência se expressiu na adoção, pelo governo FHC e pelos governos estaduais, de programas de privatização das empresas públicas; e na obtenção, pelo capital estrangeiro, de condições favoráveis à participação nesses programas. Só a partir do primeiro governo federal petista, a burguesia interna, em seus três principais segmentos funcionais - bancário, industrial e agroexportador – vê aumentada a sua influência. Desde o fim do governo FHC, o projeto governamental parece ser o de transformar o Brasil numa economia capitalista moderna, do tipo da Coreia do Sul, voltada para a exploração da franja inferior do mercado mundial (América Latina, Oriente Médio, África). Em função desse projeto, a gestão petista protege os bancos nacionais (Itaú, Bradesco) contra a invasão bancária estrangeira; reforça o setor bancário estatal, até porque esse segmento dispõe de melhores condições políticas para se opor ao capital bancário internacional; propõe financiamentos vantajosos para os grupos industriais exportadores, em áreas como a de material bélico ou de informática; e concede benefícios (como o perdão de dívidas) às empresas agroexportadoras.

Neste ponto, voltamos a uma das ideias centrais deste texto. O pano de fundo econômico sobre o qual evolui a burguesia brasileira é organicamente frágil e limitado: a) uma das maiores concentrações de renda em escala mundial; b) conseqüentemente, um mercado interno pouco expressivo em termos relativos, a despeito de ser razoável em termos absolutos. Essas características crônicas do sistema industrial brasileiro limitam a penetração dos seus produtos no mercado externo: o uso do mercado interno como instrumento aferidor da qualidade dos bens exportáveis se revela ineficaz e pouco confiável. A burguesia interna é, portanto, economicamente frágil, por estar apoiada numa economia capitalista limitada; mas ela é também uma burguesia politicamente fraca por ser tecnologicamente dependente do exterior. Essa é a raiz sociológica do principal

problema político enfrentado pela gestão petista: ao buscar representar politicamente um segmento frágil da burguesia, o governo federal tem de procurar a ampliação de sua base social de apoio. Para atingir esse objetivo, o governo federal poderia, em tese, executar reformas sociais profundas, que beneficiassem as classes trabalhadoras. Na prática, porém, um programa desse tipo colocaria a equipe governamental em rota de colisão com o conjunto da classe dominante, e, mais especificamente, com a burguesia interna, que difunde na mídia a temática conservadora do “custo Brasil”, utilizando-a como arma da crítica à legislação social e trabalhista vigente.

Diante dessas limitações políticas, o governo federal petista tem de executar programas sociais mais modestos: políticas de distribuição de renda beneficiando os segmentos mais desfavorecidos da população, como o Bolsa-Família. Ao executar esse tipo de política, tendente a produzir efeitos imediatos sobre o rendimento das camadas populares, o governo federal parece voltar ao terreno do populismo. Isso porque ele parece capitalizar para si mesmo o efeito político final da execução de tais programas: aumentar a sua distância com relação ao partido situacionista (PT) e ao movimento de massas. Por essa via, aumenta também a tendência, como no populismo histórico, do governo federal assumir um caráter suprapartidário, bem como de girar fundamentalmente em torno da figura do chefe do Executivo (Presidente da República).

A questão do retorno do populismo está, portanto, emergindo no Brasil; mas tal questão tende igualmente a se manifestar em outros países da América Latina. E isso porque está colocado para muitos países do continente latino-americano o seguinte dilema: a) o avanço, sempre difícil, da industrialização; nesse caso, governos tendencialmente instáveis terão de recorrer a políticas populistas; b) o recuo histórico ao modelo econômico agroexportador; nesse caso, a política governamental se encaminhará para o favorecimento ao consumo de bens industriais (e, eventualmente, de gêneros alimentícios) importados, o que envolverá a busca de apoio social e político junto à classe média, e não junto às classes populares.

Desenvolvimento capitalista e regime político no Brasil

Não podemos finalizar este panorama histórico sem examinar a evolução do regime político ao longo do processo de transição para o capitalismo, bem como do período subsequente de desenvolvimento capitalista no Brasil. Alguns cientistas políticos têm sustentado que, da Revolução Republicana de 1889 até os nossos dias, o regime político assumiu uma forma democrática em pelo menos três subperíodos: a) a Primeira República (1889 –1930); b) a fase da “redemocratização” (1945 –

1964); c) a Nova República (a partir de 1988). Em geral, tais autores agregam que, na comparação com os regimes democráticos dos países capitalistas avançados, os regimes democráticos brasileiros se mostram *limitados*. E pelo menos uma parte deles propõe uma explicação histórico-cultural ou antropológica para o caráter persistentemente limitado do regime democrático no Brasil: tal limitação resultaria do fato de o Brasil ser um herdeiro da cultura ibérica, visceralmente autoritária.

Parece-nos justa a tese de que os três regimes democráticos brasileiros se mostram limitados na comparação com as democracias dos países capitalistas avançados; mas é desarrazoado fornecer uma explicação geral, de caráter supra-histórico e cultural, para tais limitações. Examinemos o regime democrático vigente na Primeira República. Tal regime político é, de fato, limitado do ponto de vista democrático, já que um único partido político (o Partido Republicano) é eleitoralmente viável ao longo de todo o período (40 anos), o que inviabiliza a alternância partidária no governo central e determina a operação informal de um *regime de partido único*. O processo eleitoral é manipulado pelos grandes proprietários de terras, que controlam o voto do eleitorado rural e impõem práticas fraudulentas às juntas eleitorais, garantindo desse modo a vitória eleitoral permanente do PR. A razão para essa limitação do regime democrático não é histórico-cultural, e sim, política: a burguesia comercial-exportadora, que controla o aparelho de Estado central e os principais governos estaduais, não pode aceitar o aumento da representatividade popular do processo eleitoral, pois o seu projeto histórico é anti-industrial e elitista. Portanto, a democracia oligárquica é a forma político-institucional que convém à hegemonia política da burguesia comercial – exportadora, só remotamente tendo algo a ver com a cultura autoritária ibérica.

A limitação do regime democrático de 1945 – 1964 não tem a mesma natureza que a limitação do regime democrático da Primeira República. O regime político, agora, é de fato multipartidário; mas os partidos não exercem uma influência decisiva sobre os governos, de modo que não se pode falar propriamente em *governos partidários*, como para os países capitalistas avançados. A democracia populista implica, portanto, uma redução da influência dos partidos na definição das políticas governamentais, em benefício da influência do grupo diretamente detentor do controle do aparelho de Estado (burocracia administrativa, quadros técnicos, Forças Armadas). Aqui, também, a razão para o caráter limitado do regime democrático é política, e não, histórico-cultural. A execução de uma política estatal, elaborada na perspectiva de longo prazo de um segmento frágil da burguesia (a burguesia industrial interna), exige do governo que ele conquiste uma base popular de apoio pela via direta, sem a mediação de partidos independentes de massa. Para ter êxito, o governo põe em prática uma política de *antecipação de*

reivindicações, descolada da realidade programática dos partidos. Em suma, é a instabilidade da situação da burguesia industrial no processo de transição para o capitalismo, num país periférico e dependente como o Brasil, e não a cultura autoritária ibérica, que explica o caráter limitado do regime democrático de 1945 – 1964.

O regime democrático que emerge do processo constituinte de 1986 –1988 se caracteriza por um presidencialismo forte, cujo eixo é a elevada capacidade governamental de executar políticas através de decretos-lei do poder executivo, agora denominados *medidas provisórias*. Implantado num contexto pluripartidário (sempre mais de dez partidos, após 1988), o presidencialismo forte leva à formação de maiorias *ad hoc* no Parlamento e a uma relativa despartidarização do governo federal. É interessante notar que o reforço dos poderes presidenciais e a despartidarização dos governos nacionais se revelaram “funcionais” em duas situações políticas bastante diferentes. Entre 1990 e 2002, o reforço do poder executivo foi um instrumento importante para a imposição, ao conjunto da sociedade e inclusive a certos segmentos da classe dominante (como a burguesia interna), de uma política neoliberal, favorável aos interesses do capital estrangeiro e da burguesia associada. A partir de 2003, o presidencialismo forte se coloca a serviço de um projeto político elaborado na perspectiva da burguesia interna, projeto esse que se choca com os interesses do capital estrangeiro e da burguesia associada.

Tentemos, agora, resumir nossa visão sobre a evolução do regime democrático no Brasil, desde a fase de transição para o capitalismo até a fase de reprodução ampliada do modo de produção capitalista. A presença de limitações nos sucessivos regimes democráticos brasileiros se deve à impossibilidade de emergência, como nos países capitalistas anglo-saxões, de um modelo relativamente consensual de desenvolvimento capitalista; e isso, por razões históricas, que procuramos apresentar ao longo deste texto. Um cientista político partidário da tese da “cultura política autoritária” poderia, obviamente, endereçar-nos a seguinte questão: a tendência política predominante na formação social brasileira não seria aquela que se concretizou no Estado Novo (1937-1945) e no regime militar (1964–1984)? E os dispositivos autoritários subsistentes nos diversos períodos democráticos da história política do capitalismo brasileiro não representariam a confirmação dessa tendência?

A nosso ver, a resposta a essa questão deve assumir a mesma direção teórica definida anteriormente: a explicação é histórico-política, e não, cultural. Em 1930, a destruição da “democracia oligárquica” e do sistema informal de partido único foi necessária para a liquidação da hegemonia política da fração mercantil da classe

dominante (a burguesia comercial exportadora), e para a colocação do aparelho de Estado a serviço de um projeto de industrialização. Em 1964, o golpe de Estado foi o processo político que tornou possível o aumento da influência, dentro do aparelho estatal, de forças políticas de cunho antinacional, dificilmente representáveis no sistema partidário vigente no período populista: o capital estrangeiro e a burguesia associada.

Esta é, portanto, a nossa conclusão mais geral sobre a configuração do processo político ao longo da história do capitalismo brasileiro (transição, reprodução ampliada): o Brasil capitalista não revela nenhuma vocação orgânica para o autoritarismo, assim como também não evidencia nenhuma vocação orgânica para a democracia. A ocorrência de variações no regime político, dentro do quadro institucional geral do Estado burguês, depende sempre do estado das relações políticas entre as classes sociais e/ou dentro das classes sociais; e essas relações estão em última instância conectadas com o padrão assumido pelo desenvolvimento capitalista no país.

Referências

- HOBSBAWM, E. (1977). *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MELLO, J.M.C. de (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- PEREIRA, L. (1965). *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- POULANTZAS, N. (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*, 2 volumes. Paris: Maspero.
- POULANTZAS, N. (1974). *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Éditions du Seuil.
- POULANTZAS, N. (1970). *Fascisme et dictature*. Paris: Maspero.
- SAES, D. (1985). *A formação do Estado burguês no Brasil (1888 – 1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sobre o autor

Décio Azevedo Marques de Saes: Professor Titular do Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP (aposentado) e docente no Programa de Mestrado em Educação da Faculdade de Humanidades e Educação da Universidade Metodista de São Paulo.

* * *

ABSTRACT

Capitalism and political process in Brazil: Brazilian development of capitalism

The purpose of this article is to analyze the political dimension of the building of the capitalist society in Brazil. After the Republican Revolution (1889-1891), only a national bourgeoisie would be capable of leading an independent capitalist development. The internal bourgeoisie that appears in the republican Brazilian society falls under the political domination of great merchants, and, later, state bureaucracy. The configuration of the ruling classes' block is the essential element in the explanation of the limitations of Brazilian democratic regimes in the last century.

KEYWORDS: revolution national bourgeoisie, internal bourgeoisie, populism, democracy.

RESUMEN

El capitalismo y el proceso político en Brasil: el camino brasileño para el desarrollo del capitalismo

El propósito de este artículo es analizar la dimensión política de la construcción de la sociedad capitalista en Brasil. Después de la revolución republicana (1889-1891), solamente una burguesía nacional sería capaz de conducir a un desarrollo capitalista independiente. La burguesía interna que aparece en la sociedad brasileña republicana cae bajo la dominación política de los grandes comerciantes, y, más tarde, de la burocracia estatal. La configuración del bloque de las clases dominantes es el elemento esencial en la explicación de las limitaciones de los regímenes democráticos de Brasil en el siglo pasado.

PALABRAS CLAVE: revolución burguesa nacional, burguesía interna, populismo, democracia.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>